

Expedito diz que pacto é 'cambalacho'

Se houver realmente um acordo entre o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, pelo qual este garante um mandato de cinco anos e Sarney nomeie Ulysses primeiro-ministro, isso não seria apenas um "pacto do diabo", mas um verdadeiro "cambalacho". A denúncia é do principal líder do Centro Democrático, movimento de constituintes li-

berais, deputado Expedito Machado (PMDB-CE), que adiantou não acreditar existir tal "pacto". De qualquer maneira, ele assegurou que a maioria dos constituintes não foi consultada sobre isso e que a escolha do primeiro gabinete do governo parlamentarista pós-Constituição não será feita à revelia de um bloco parlamentar liberal, formado pelo Centro Democrá-

tico e por grupos moderados de outros partidos. Em entrevista exclusiva a Júlio César Ferreira de Mesquita e José Nêumanne Pinto de O Estado, Expedito Machado manifestou a esperança de que a nova Constituição não tenha mais de mil artigos, mas menos de 200, pois este é o propósito do relator da Comissão da Sistematização, deputado Bernardo Cabral, que pertence a seu grupo. Na

opinião do coordenador da bancada do PMDB do Ceará, o texto da nova Constituição não será conservador nem revolucionário, atendendo ao sentimento predominante na sociedade brasileira. Ele também pregou a retirada da política dos líderes de sua geração e a adoção de um novo estilo administrativo, com novos líderes, como o constituinte paulista Guilherme Afif Domingos.



Ex-ministro da Viação de Jango e líder do Centro Democrático, Expedito acredita que política é negociação e acha que a Constituição não será conservadora nem revolucionária

'Constituição não será conservadora nem revolucionária'

Qual é, na sua opinião, o principal problema político do Brasil hoje?

Acho que é a necessidade urgente que temos de pessoas que pensem mais no conjunto. Hoje, os interesses paroquiais e pessoais predominam sobre os nacionais e isso está claro em episódios políticos como este "pacto do diabo" de que fala a imprensa, segundo o qual haveria um acordo entre o presidente José Sarney e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Segundo o noticiário, Ulysses garantiria os cinco anos de mandato presidencial, e Sarney nomearia Ulysses primeiro-ministro, no regime parlamentarista. Não acredito que este pacto exista. Não posso acreditar, porque, se existir, não passa de um cambalacho. Não é um pacto, mas um cambalacho, que atende a interesses tão paroquiais e pessoais que não posso acreditar que exista. Acho que os jornais noticiam isso e nem percebem a profunda gravidade de um possível acordo desses.

A verdade é que, havendo ou não um pacto, o Brasil prepara-se para viver sob um governo parlamentarista, o mais tardar para daqui a seis meses, e pouca gente está percebendo isso, não é verdade?

Aonde eu vou, tenho alertado para esse fato notório. Teremos um novo governo em seis meses e este será um governo tipicamente congressional, a partir de um acordo feito no âmbito da Constituinte. Ou melhor, dentro da bancada do PMDB, que é o partido hegemônico na Constituinte.

Então, nada mais natural do que o dr. Ulysses, como presidente do partido hegemônico, ser o principal homem deste governo congressional.

Concordo. É natural que ele aspire. O que não é natural é que ele venha a se impor perante o partido. Uma decisão dessas passa por uma negociação e, ao que eu saiba, a bancada do PMDB não foi ouvida a respeito de uma candidatura eventual do presidente do partido à chefia do primeiro gabinete parlamentarista.

Mas onde está o cambalacho, deputado?

Veja bem: eu parto do pressuposto de que Sarney e Ulysses não fizeram o tal "pacto do diabo", que a imprensa está noticiando. Mas, se fizeram, é cambalacho mesmo. O que pode significar uma troca dos cinco anos pelo cargo de primeiro-ministro, senão um cambalacho? Porque, se houve tal acordo, não foram levados em conta os altos e legítimos interesses da Nação, mas tudo não passou de uma troca de favores entre dois grupos políticos. Eu até reconheço que a formação do primeiro gabinete parlamentarista não será fruto de uma grande consulta popular, nem mesmo debatida em praça pública, mas tudo será resolvido dentro do Congresso. Cada parlamentar precisa participar disso, numa tenta-

tiva de chegar a uma solução que atenda melhor aos interesses do País, e não de um ou outro político. E por isso mesmo que não acredito no tal pacto. Sarney e Ulysses sabem que tal acordo não seria cumprido sem um respaldo da bancada e, certamente, a bancada não dará um respaldo desses sem negociar. O Centro Democrático, por exemplo, já provou sua força e não pode ficar de fora da negociação política da formação de um gabinete.

Que força é esta, afinal, deputado?

A força do Centro Democrático repousa simplesmente num raciocínio aritmético. Nos números. Na primeira fase de trabalhos da Constituinte, colecionamos derrotas. Pensamos que havíamos derrotado Ulysses com a eleição do líder da bancada, Mário Covas, mas, logo depois, este se encarregou de nos mostrar o contrário, quando formou as subcomissões e comissões, atendendo a reivindicações da direita e da esquer-

"Teremos um novo governo em seis meses e este será um governo tipicamente congressional"

da, sem jamais consultar os interesses da maioria centrista. A primeira vitória que tivemos, contudo, mostrou que, quando funciona o primado do voto, não devemos temer ninguém, nenhum grupo, nenhuma ala. Só perdemos quando funcionou o conchavo, o cambalacho. Na primeira votação, indicamos um homem nosso, o deputado Bernardo Cabral, para o cargo poderoso e importante de relator da Comissão de Sistematização. Acho que as votações nas subcomissões e nas comissões deixaram claro, também, que não é possível organizar um governo passando por cima de nós.

Mas como é possível negociar com vocês, se não são institucionalizados?

Na verdade, somos o grupo majoritário dentro da bancada do PMDB, e se temos enfrentado tantas dificuldades nas votações é justamente porque somos lideranças informais, não institucionalizadas. Mas, apesar de todas as dificuldades, estamos mostrando que, também na Constituinte, quem tem voto ganha, quem não tem voto, grita. E nós temos votos.

A única liderança institucionalizada ligada ao Centro Democrático é o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, e parece que foi ele que saiu patrocinando a candidatura de Ulysses a primeiro-minis-

tro. Isso não contradiz o que o senhor está dizendo?

O deputado Carlos Sant'Anna é meu amigo pessoal e de muitos companheiros do Centro Democrático, mas não está autorizado a falar em nosso nome, até porque ele é líder do governo e nós somos independentes em relação ao partido, como estrutura oficial, institucionalizada, e também em relação ao governo. Além disso, o deputado Carlos Sant'Anna não nos ouviu quando lançou a candidatura de Ulysses Guimarães. Não fomos consultados e não estamos de acordo. Acharmos o lançamento precipitado; no momento, um obstáculo a mais, algo que dificulta nossa ação e não algo que facilita a saída para os impasses em que estamos metidos.

Já o presidente Sarney deve ter sido ouvido, uma vez que Sant'Anna é seu líder na Câmara, não é verdade?

Não sei. Confesso minha ignorância a respeito. Este é um quadro que não percebo claramente, até porque o governo federal nos tem feito alguns apelos e, como entendemos que são justos, vamos à votação e, quase sempre, ganhamos. Mas não nos consulta nestas tramas de alto coturno. Temos votos, mas não somos institucionalizados e as reuniões de cúpula são feitas sem a presença de elementos nossos. Não temos elementos nas lideranças nem nos ministérios políticos do governo.

O deputado Carlos Sant'Anna tem dito também que o Centro Democrático é uma versão nova do grupo Unidade, que viabilizou a candidatura de Tancredo Neves e José Sarney. Isso é verdade?

Já disse que o deputado Carlos Sant'Anna não faz parte do Centro Democrático. Talvez por isso, ele cometa esse equívoco. Não somos uma continuidade do grupo Unidade, mas um grupo formado a partir de um núcleo claro, os coordenadores das bancadas estaduais do PMDB, que resolveram se organizar para evitar as decisões de gabinete, que vinham se tornando a tônica de nosso partido. A identificação que podemos ter com o grupo que apoiou o dr. Tancredo é que — como ele — queremos fortalecer a unidade no partido pela via da democracia interna. Como o grupo Unidade, achamos que é preciso fazer a transição democrática, da qual o PMDB é fiador perante a opinião pública. Mas a situação hoje é outra e achamos que essa transição tem que ser feita dentro do quadro institucional vigente e com o presidente José Sarney.

Mas, voltando à Constituinte, quais são as possibilidades de termos uma Carta sintética e duradoura e não esse cartapácio desconexo, que saiu das comissões temáticas?

Nossa esperança é que o deputado Bernardo Cabral tenha sucesso em seu propósito de tornar o texto o

mais sintético possível. Como vocês sabem, o relator da Comissão de Sistematização é professor de Direito Constitucional no Brasil e no Exterior e é nessa condição que ele vai tentar reduzir os mais de mil artigos, que estão na soma das propostas das comissões temáticas, a menos de 200. Por enquanto, têm prevalecido o vetetismo de alguns constituintes e os interesses de muitos grupos e lobbies. Muitas dessas propostas serão remetidas à legislação comum, que será objeto das reuniões do Congresso Nacional no ano que vem. Este, aliás, é o principal motivo pelo qual nós, do Centro Democrático, acreditamos que é preciso fazer a transição com José Sarney. A missão da Constituinte se encerra com a Constituição, mas depois é preciso adequar a legislação ordinária à nova realidade legal que a Constituição vai impor.

Que é ideal, tudo bem. Mas também é possível?

Veja bem: Assembléia Nacional Constituinte não é um órgão técnico, mas político. Dentro dele, prevalece a negociação, interna ou externamente aos partidos. O texto constitucional faz parte da consolidação da democracia, objetivo de todos, creio. O texto não poderá ser conservador nem revolucionário, porque, tanto num extremo quanto noutro, frustraria a opinião pública, que espera a mudança, mas não deseja a ruptura. A renovação do Congresso (de 62%) é a melhor prova de que o povo brasileiro quer mudar. Mas a sociedade brasileira já deu provas históricas de que não tem um sentimento revolucionário. Então, acho possível chegar-se a uma Constituição que não seja conservadora nem revolucionária.

O senhor, então, repudia as tentativas de classificar o Centro Democrático como um grupo da direita?

Não somos da esquerda nem da direita. Somos um centro pendular, que aceita as propostas apresentadas, seja pela esquerda, seja pela direita, desde que elas atendam aos interesses maiores da Nação, e não a interesses personalísticos ou paroquiais.

Numa eventual reforma partidária, o Centro se situaria fora do PMDB?

No momento, não pensamos em sair do PMDB, mas em uni-lo. Mas temos de reconhecer que, depois da Constituição, o Brasil será outro país em relação a este em que vivemos agora. E nós estamos cansados de saber que não há democracia estável sem partidos fortes. Não há partidos coerentes, à exceção, talvez, do PT, que tem consistência ideológica precisa. A reforma partidária não é matéria constitucional, mas será tarefa do primeiro governo parlamentarista, formado dentro do Congresso. A

reforma partidária deverá então sair, com ou sem compromissos nossos. Isso — tenho certeza — é um determinismo histórico. Hoje não há nenhuma força política no Congresso capaz de formar sozinho um governo parlamentarista. Então, vejo como extremamente viável a formação de um bloco parlamentar que defenda idéias de centro, comprometidas com o que pensa a maioria da sociedade brasileira. O Centro Democrático já está saindo dos limites do PMDB, para vir a ser o núcleo desse bloco parlamentar. E o bloco, com certeza, principalmente se for majoritário, será o embrião de um novo partido. Vocês poderão contra-argumentar que o PMDB é o partido hegemônico, porque tem maioria absoluta na Constituinte, mas o partido está dividido em 78 mil pedaços e nosso grupo é majoritário dentro do partido. O PFL também está dividido e subdividido. Ninguém tem força isoladamente, mas acreditamos que, dentro do primado da negociação,

"Está na hora de Ulysses, Montoro, Brizola e eu pendurarmos as chuteiras"

poderemos servir de núcleo a este embrião de um novo partido.

A negociação não poderá atrapalhar a Constituinte em seu trabalho?

O que certamente vai atrapalhar o trabalho da Constituinte é o fato inegável de que temos um novo governo em seis meses, que, na vida de uma Nação, é menos do que um dia. A formação do governo poderá desencadear uma luta pelo poder, alterando o curso da Constituinte e até deformando a nova Constituição.

A que o senhor atribui essa crise, junto com todas as outras?

A incompetência das elites brasileiras, que, preocupadas com seu próprio umbigo, não vêem o que se passa a seu redor. As elites políticas, principalmente, estão presas numa cela, sem janela para o mundo, lá fora. Não exergam um palmo fora de seus próprios interesses, sobretudo no campo social. É preciso que todos se conscientizem de que é impossível viver comodamente numa ilha de prosperidade, cercada de miséria por todos os lados. É evidente que todo organismo será atingido, corroído.

E que papel jogam os governadores neste quadro que o senhor pinta?

Os governadores são uma peça complicadora, porque retratam de corpo inteiro o que é o PMDB, uma frente sem ideologia, sem programa e sem muitas afinidades que os juntam. Vejo os governadores cada vez

mais assumindo a defesa de suas regiões, de seus Estados e esquecendo o Brasil como um todo. Como eles têm força própria e, com essa força, influenciam os parlamentares de seus Estados, podem alterar o curso da Constituinte, servindo também como elemento perturbador dos trabalhos. Alguns desses governadores têm procurado um estilo novo de administração, pregando austeridade e procurando um modelo em que prevaleça o interesse geral sobre o partidário. Mas a situação de suas contas é muito precária e todos eles dependem muito do poder central. Essa situação os mantém distantes do que se passa na Constituinte, forçando a desintegração a que assistimos, pois as bancadas estaduais costumam ser bastante solidárias com os governadores.

Não há, então, nenhuma esperança à vista?

Não é bem assim, rapazes. Estamos enfrentando o maior desafio da História do Brasil. Um desafio ao povo e às elites e não temos um quadro confiável de líderes, pois o regime autoritário provocou um hiato na renovação das lideranças. O desafio é este. A meu ver, novas políticas, que são extremamente necessárias, só serão viáveis com novos políticos, dentro de um novo estilo de negociar e de administrar. Somente assim, viabilizaremos a transição. Somos 135 milhões de brasileiros e acredito que muitos líderes capazes existem, mas não são devidamente aproveitados. O problema é que o período de exceção não permitiu que surgissem lideranças e ficamos a depender dos mesmos nomes de sempre, de Brizola, de Lula.

Como o senhor vê esses dois líderes?

Qualquer luta por um espaço político é válida, mas é preciso que ela tenha um motivo nobre e não seja causada por um capricho pessoal. Brizola parece disputar o poder pelo poder e não acredito que isso tenha muito futuro num país que se pretende moderno, como é o Brasil. O problema é que faltam alternativas. Brizola é de minha geração e acho que está na hora de sairmos do caminho para deixar que vocês, da sua geração, o assumam. Eu não deveria estar aqui, ocupando este espaço, mas descansando no Pacífico Sul, com minha mulher. Mas não estou na Constituinte pelos subsídios, vocês sabem disso. Estou lá porque, infelizmente, não surgiram lideranças novas e o trabalho de minha geração ainda é necessário. Agora chegou a vez do Guilherme Afif Domingos, do Sérgio Machado (filho de Expedito Machado e secretário de governo de Tasso Jereissati, no Ceará). Está na hora de Ulysses, Montoro, Brizola e eu pendurarmos as chuteiras. O Brasil é um só e é preciso saber sair.